



PARECER PRÉVIO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11634/2016.

Apensos: Processo nº 12045/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Amintas Junior Lopes Pinheiro (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM OAB/AM N. 6975 e Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1564/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas do Senhor Amintas Junior Lopes Pinheiro, Prefeito Municipal de Boa Vista dos Ramos e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

Vencido o voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela desaprovação das contas.



PARECER PRÉVIO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 20 de Outubro de 2020
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11634/2016.

Apensos: Processo nº 12045/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Amintas Junior Lopes Pinheiro (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM OAB/AM N. 6975 e Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1564/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Senhor **Amintas Junior Lopes Pinheiro**, Prefeito Municipal de Boa Vista dos Ramos e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2015 (U.G: 193).

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Amintas Junior Lopes Pinheiro**, Prefeito Municipal de Boa Vista dos Ramos e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), relativamente às restrições não sanadas 1, 2, 5, 21, 22 e 27 constantes no Relatório Conclusivo nº 028/2017- DICAMI, bem como da restrição 5.8 constante no Relatório Conclusivo nº 60/2018- DICOP, listadas no corpo do Voto, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VII, da Resolução 04/2002-TCE/AM e fixar prazo



ACÓRDÃO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Descumprimento do prazo de envio ao Sistema GEFIS referente ao 6º bimestre/15 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

10.3.2. Atraso no envio de dados ao Sistema GEFIS referentes ao 2º semestre/15 do RGF, em descumprimento ao art. 32, II, “h”, da LO/TCE c/c art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/00;

10.3.3. Em consulta realizada no dia 11/05/2016 a Comissão percebeu a desatualização do Portal da Transparência descumprindo, portanto, o instituído no art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000 com redação a Lei Complementar n.º 131/09. Assim, justifique tal irregularidade;

10.3.4. Após reunião com a Secretaria Municipal de Saúde bem como com o Conselho Municipal de Saúde, foi levantado que a maior dificuldade enfrentada na saúde do município se refere à falta de medicamentos e equipamentos na Unidade Básica. Após levantamento das licitações realizadas no exercício de 2015, verificou-se que há formação de atas de registro de



ACÓRDÃO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

preços, as quais tem como objeto aquisição de tais insumos. Questionada acerca da falta desses insumos básicos, embora haja atas de registro de preços, a secretaria informou que os pedidos são realizados, no entanto na hora de receber o produto, tais vencedores não atendem a solicitação, tal prática é corriqueira no município. Assim, justificar a não aplicação das penalidades administrativas, as quais encontram abrigo no art. 87 da 8666/93;

10.3.5. Pagamento na integralidade dos processos de locação de imóveis a municipalidade sem que haja a incidência de IR, sobre estes contratos de locação abaixo relacionados, contrariando ao que determina o art. 631 do Decreto n.º 3000/1999;

10.3.6. Pagamento na integralidade dos processos de locação de imóveis a municipalidade sem que haja a incidência de IR, sobre estes contratos de locação abaixo relacionados, contrariando ao que determina o art. 631 do Decreto n.º 3000/1999;

10.3.7. Registro de ponto dos cargos comissionados, colocando em risco o uso eficiente dos recursos públicos com gastos de pessoal. Ressalta-se aqui a observação dos princípios da eficiência, da assiduidade, da igualdade, da legalidade e da isonomia nos atos públicos, expresso no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

10.3.8. Ausência dos 03 relatórios quadrimestrais previstos no art. 20 da Lei Municipal n.º 233/2014 que criou o Controle Interno Municipal;

10.3.9. Ausência de documentação consoante ao controle social do Conselho do FUNDEB, tais como: a) Pareceres nos quais analisam a utilização e execução dos recursos oriundos do FUNDEB; b) Atas das reuniões para as deliberações relativas aos aspectos relacionados à aplicação dos recursos; c) Ausência de vistos nas FOPAG relacionados ao pagamento do pessoal do magistério e nos pagamentos das ações de manutenção e desenvolvimento da Educação; d) Ausência de requisição para análise dos demonstrativos e relatórios que deveriam ser colocados à disposição pelo Poder Executivo Municipal;



ACÓRDÃO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3.10.** Não pagamento do 13º salário dos 193 servidores comissionados da municipalidade, conforme detectado esta ausência nas FOPAG do exercício inspecionado;
- 10.3.11.** Excessivo número de nomeações em cargo de provimento efetivo sem que haja o devido Concurso Público nos últimos 05 anos, ou seja, nomeações em vagas restantes do Concurso Público realizado em 2006, conforme quadro abaixo, sem o devido embasamento legal, contrariando ao que determina o art. 37, inciso I da Constituição Federal;
- 10.3.12.** Ausência de fichas de controle de entrada e saída dos mais diversos materiais adquiridos, demonstrando com isso a inexistência de comissão de recebimento de materiais conforme preceitua o art. 15, §8º c/c o art. 73, II, alíneas “a” e “b” da Lei nº 8666/1993;
- 10.3.13.** Valores inscritos na Dívida Ativa da Municipalidade, uma vez que não nos foi demonstrado tais lançamentos e meios de recuperação dos créditos;
- 10.3.14.** Percentual de 1,50% e 1,15% aplicados no recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, na 1º. Medição e 2º. Medição, respectivamente, do presente contrato, que se refere a Serviços de Obra e/ou Serviço de Engenharia com fornecimento de materiais, visto haver diferenças nas alíquotas aplicadas pela Administração Municipal de Boa Vista do Ramos no recolhimento e/ou retenção do ISSQN em relação a outros contratos de obras cujos serviços são da mesma natureza, em desconformidade com o que determina a Lei Nº. 172/206 de 15 de dezembro de 2006 – Código Tributário do Município de Boa do Ramos, e dá outras providências, conforme descrito na tabela abaixo: “recomenda-se a correção destas distorções ainda no período de vigência dos contratos, se for o caso, que numa análise preliminar pode configurar renúncia de receita”. (Vale ressaltar que a composição de BDI – Bonificações e Despesas Indiretas da Contratada foi elaborada com a incidência de ISSQN de 3,00%);
- 10.3.15.** Ausência de justificativas sobre o fato de no exercício de 2015 já ter sido pago o valor total do contrato (R\$ 399.786,84), e a obra ainda não foi concluído;



ACÓRDÃO Nº 25/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3.16. Ausência de justificativas sobre o fato da inspeção “in loco” ter constatado que os serviços discriminados na tabela às fls.1712/1713 no valor de R\$ 85.528,26, apesar de já pagos não foram efetivamente executados, configurando a antecipação de pagamento por serviços não executados pela contratada (a exceção do item 7.2 da planilha orçamentária que atingiu o quantitativo de execução no percentual de aproximadamente 30% do referido item);

10.3.17. Ausência de justificativas sobre a necessidade e comprovar a execução dos serviços descritos abaixo, visto que durante inspeção “in loco” foi constatado que os mesmos já tinham sido pagos e não executados, e que não se comprova a necessidade de execução de tais serviços, conforme descrito às fls.1715/1717.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas, multas, alcance e determinações ao Gestor.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Outubro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição